

Macabéa

Revista Eletrônica do Netli, Volume 8, Número 2, Jul.-Dez., 2019

**A FILOLOGIA E A HISTÓRIA DAS LÍNGUAS:
CONTRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**



**THE PHILOLOGY AND THE HISTORY OF LANGUAGES:
CONTRIBUTIONS FROM THE PORTUGUESE
LANGUAGE STUDY NUCLEUS OF THE STATE
UNIVERSITY OF FEIRA DE SANTANA**

HUDA DA SILVA SANTIAGO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA,
Brasil

MARIANA FAGUNDES DE OLIVEIRA LACERDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA,
Brasil

ZENAIDE DE OLIVEIRA NOVAIS CARNEIRO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA,
Brasil

[RESUMO](#) | [INDEXAÇÃO](#) | [TEXTO](#) | [REFERÊNCIAS](#) | [CITAR ESTE ARTIGO](#) | [O AUTOR](#)

RECEBIDO EM 28/04/2019 • APROVADO EM 31/05/2019

Abstract

This work presents contributions that the Nucleus for Portuguese Language Studies of the State University of Feira de Santana (NELP / UEFS) offers, in partnership with the National Project for the History of Brazilian Portuguese (PHPB), in the scope of Philological and Linguistic Studies Historical. NELP, founded in 1998, has seven projects, two of which - the Voices of the Sertão project in Data and the Corpus Electronic Project of Sertão Historical Documents - carry out philological editions of Brazilian documents and socio-historical and linguistic studies of the American variety of Portuguese.

Resumo

Este trabalho apresenta contribuições que o Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana (NELP/UEFS) oferece, em parceria com o Projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), no âmbito dos Estudos Filológicos e da Linguística Histórica. Fazem parte do NELP, fundado em 1998, sete projetos, dos quais dois – projeto Vozes do Sertão em Dados e projeto Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão – realizam edições filológicas de documentos brasileiros e estudos sócio-históricos e linguísticos da variedade americana do português.

Entradas para indexação

KEYWORDS: Brazilian portuguese. Philological edition. Digital edition. Socio-history. Linguistic Studies.

PALAVRAS CHAVE: Português Brasileiro. Edição filológica. Edição digital. Sócio-história. Estudos Linguísticos.

Texto integral

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Núcleo de Estudos da Língua Portuguesa (NELP)¹ – do Departamento de Letras e Artes da Universidade Estadual de Feira de Santana (DLA/UEFS) –, foi criado pelas professoras doutoras Norma Lucia Fernandes de Almeida e Zenaide de Oliveira Novais Carneiro, em 1998, a partir das pesquisas desenvolvidas no âmbito do projeto A Língua Portuguesa no Semiárido Baiano, por elas coordenado, e fruto de estudos iniciados, na instituição, pela professora doutora Ilza Ribeiro e pelo professor doutor Dante Lucchesi, sobre a constituição de banco de dados para investigação da história do português brasileiro.

Em parceria com outras universidades brasileiras e universidades estrangeiras, o objetivo do NELP-UEFS é desenvolver pesquisas, em diferentes

linhas teóricas, sobre a história da língua portuguesa, não apenas no espaço brasileiro, mas também na África.

Atualmente coordenado pela professora doutora Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda, o núcleo tem uma equipe de sete pesquisadores (professores da UEFS), que, ao longo desses anos, vêm desenvolvendo trabalhos, também ao lado de estudantes de Pós-Graduação e Graduação, e com auxílio financeiro de diferentes instituições de fomento.

Fazem parte do NELP sete projetos, dos quais dois – projeto Vozes do Sertão em Dados (CNPq) e projeto CE-DOHS: Corpus Eletrônico de Documentos Históricos do Sertão (FAPESB)² – realizam, em parceria com o projeto Nacional para a História do Português Brasileiro (PHPB), edições filológicas de documentos brasileiros e estudos sócio-históricos e linguísticos da variedade americana do português.

São algumas das contribuições desses dois projetos que o presente artigo traz, começando por uma apresentação das agendas de trabalho comuns ao NELP e ao PHPB, com destaque às pesquisas do NELP voltadas, especialmente, ao sertão da Bahia. Na sequência, aborda trabalhos de edição filológica e edição modernizada que vêm sendo feitos no núcleo. Na terceira parte, o artigo descreve contribuições no âmbito dos estudos sócio-históricos e linguísticos.

O NÚCLEO DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA E SUA PARCERIA COM O PROJETO NACIONAL PARA A HISTÓRIA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

O NELP está integrado à proposta de trabalho do PHPB – coordenado pelo professor doutor Ataliba de Castilho, da Universidade de São Paulo (USP), desde 1997 – e organiza-se em equipes regionais pelo país, estruturando-se em três campos ou frentes inter-relacionadas de investigação (LOBO E CARNEIRO, 2019):

- a) um *campo histórico-filológico*, visando à constituição de *corpora* diacrônicos de documentos de natureza vária, escritos no Brasil, a partir do século XVI;
- b) um *campo gramatical*, visando ao estudo de mudanças linguísticas depreendidas na análise dos *corpora* constituídos, e
- c) um *campo de história social linguística*, visando à reconstrução mais ampla da história social linguística do Brasil e, em particular, do português brasileiro.

Compondo a equipe baiana do PHPB, portanto, os pesquisadores do NELP tem-se dedicado, ao longo dos anos, a questões filológicas, sócio-históricas e linguísticas que envolvem o português brasileiro, em sua realidade plural e polarizada entre normas vernáculas e normas cultas (LUCCHESI, 2015), colaborando, de forma mais específica, com a caracterização e a reconstrução do processo de formação da língua portuguesa no espaço do semiárido baiano. Nesse

sentido, é bastante significativa a atuação do NELP no *campo histórico-filológico* do PHPB, ao contribuir com a construção da Plataforma de corpora do PHPB³, com a disponibilização de documentos diversificados, editados e controlados sócio-historicamente, como cartas pessoais, cartas de leitores e de redatores, anúncios de jornais e livros manuscritos de fazenda⁴.

A ALIANÇA ENTRE A ANTIGA E A NOVA FILOLOGIA NO NELP

Aqui é apresentado o importante trabalho que vem sendo desenvolvido no NELP, com edição de textos, na perspectiva da Antiga e da Nova Filologia.

A aproximação entre o campo filológico e o campo computacional – observada desde a década de 1990 – encontra-se atualmente em plena expansão. O trabalho em ambiente digital no campo da Filologia e da Linguística Histórica tem sido cada vez mais significativo, fazendo surgir, segundo Crane *et al.* (2008), uma nova Filologia, a *e-philology*, ou determinando, de acordo com Schreibman *et al.* (2004), o nascimento das Humanidades Digitais.

O núcleo possui um banco de textos que disponibiliza não somente edições semidiplomáticas, em pdf, mas também edições digitais – a partir do estabelecimento de redes entre projetos que desenvolvem a Linguística de Corpus e a Linguística Computacional –, que servem como recurso eletrônico para estudos linguísticos, entre outros. Como se vê,

Do feliz congraçamento entre as mais recentes tecnologias e a antiga Filologia, surgiu um novo universo de possibilidades para a preservação, disponibilização e análise de textos antigos, universo em que é possível oferecer ao leitor mais de uma edição do mesmo texto, permitindo que tenha ao seu dispor o texto editado, em diferentes versões, e o seu original.” (GONÇALVES; BANZA, 2013, p. 4)

Esse banco, com edições tradicionais e modernizadas, foi desenvolvido no âmbito do projeto CE-DOHS, coordenado pelas professoras doutoras Zenaide de Oliveira Novais Carneiro e Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda.

O PROJETO CORPUS ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO SERTÃO

O projeto CE-DOHS – que apresenta a versão digital de documentos em edição semidiplomática que compõem o banco DOHS – Documentos Históricos do Sertão, do projeto Vozes do Sertão em Dados: história, povos e formação do português brasileiro, coordenado pela professora doutora Zenaide de Oliveira

Novais Carneiro – foi criado em 2010, com o objetivo de contribuir com o PHPB, em diferentes perspectivas teóricas e por meio de parceria tecnológica com o projeto Corpus Histórico do Português Tycho Brahe,⁵ sob a coordenação da professora doutora Charlotte Galves.

O CE-DOHS organiza-se em 10 subprojetos, coordenados por professores e por estudantes de pós-graduação:

- a) Subprojeto 1: Aplicação de técnicas de anotação linguística e web-semântica.
- b) Subprojeto 2: Elaboração de ferramentas computacionais.
- c) Subprojeto 3: Um *corpus* para os seiscentos: família Vieira Ravasco e contemporâneos.
- d) Subprojeto 4: Cartas e Atas produzidas por homens bons da Câmara de Salvador a partir do século XVII.
- e) Subprojeto 5: Recuando ao século XVIII: documentos privados da Feira do Capuame e do Sobrado do Brejo Seco.
- f) Subprojeto 6: Documentos escritos por mãos inábeis.
- g) Subprojeto 7: Inserção do indígena no mundo da escrita.
- h) Subprojeto 8: Anotação morfológica e sintática de acervos de cartas.
- i) Subprojeto 9: Anotação morfológica e sintática de amostras orais.
- j) Subprojeto 10: Refinamento dos *corpora*: polarização sociolinguística.

Nesses quase 10 anos de execução, o projeto CE-DOHS formou um banco de mais de um milhão de palavras, com textos manuscritos, sobretudo, mas também impressos e orais; trata-se de um material representativo de variedades diacrônicas do português brasileiro, de diferentes regiões do país e de graus de escolaridade distintos, que atende não somente a pesquisadores interessados em análises de aspectos linguísticos, mas em aspectos da difusão da escrita, da leitura, das transmissões textuais, históricos, políticos, econômico-sociais, entre outros.

A documentação do banco representa, em sua maior parte, a região semiárida da Bahia. São diversos acervos de cartas manuscritas; 1084 cartas particulares (1808-2000), escritas por 422 remetentes (nascidos entre 1724 e 1980), extraídas a maior parte de Carneiro *et al* (2011).

Esses acervos representam, conforme sugestão de Mattos e Silva (2001), as normas vernáculas e as normas cultas, de forma seriada, oferecendo um painel dos modelos de escrita e uma amostra da língua do período, em um *continuum*:

documentos que expressam mais claramente a fala, em que há praticamente uma transposição da fala para a escrita (os mais populares) e documentos em que um modelo de escrita bloqueia a língua falada (os mais formais, produzidos pelos cultos). Essa documentação oferece indícios para o acesso às origens do PB, popular e culto, no período colonial.

O corpus em questão consiste em um material seguro, atendendo à proposta de Petrucci (2003, p. 7-8), para quem, para qualquer tempo histórico, quem trabalha com a Cultura Escrita deve responder a um conjunto mínimo de questões:

- i. *¿Qué?* En qué consiste el texto escrito, qué hace falta transferir al código gráfico habitual para nosotros, mediante la doble operación de lectura y transcripción;
- ii. *¿Cuándo?* Época en que el texto en sí fue escrito en el testimonio que estamos estudiando;
- iii. *¿Dónde?* Zona o lugar en que se llevó a cabo la obra de transcripción;
- iv. *¿Cómo?* Com qué técnicas, com qué instrumentos, sobre qué materiales, según qué modelos fue escrito ese texto;
- v. *¿Quién lo realizo?* A qué ambiente sociocultural pertenecía el ejecutor y cuál era en su tiempo y ambiente la difusión social de la escritura.
- vi. *¿Para qué fue escrito ese texto?*Cuál era la finalidad específica de ese testimonio en particular y, además, cuál podía ser en su época y en su lugar de producción la finalidad ideológica y social de escritura.

EDIÇÃO SEMIDIPLOMÁTICA E EDIÇÃO MODERNIZADA

São os seguintes os acervos de cartas⁶ disponíveis no banco CE-DOHS, em edição semidiplomática, segundo as normas de transcrição do PHPB, definidas no II Seminário para a História do Português Brasileiro, em Campos do Jordão, em 1998:

- a) Acervo Cartas para Vários Destinatários (1809-1904).
- b) Acervo Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (1880-1903).
- c) Acervo Cartas para Severino Vieira, Governador da Bahia (1901-1902).
- d) Acervo Cartas para Dantas Jr. (1902-1962).
- e) Acervo Cartas em Sisal, Riachão do Jacuípe, Conceição do Coité e Ichu (1906-2000).
- f) Acervo Cartas Baianas (1911-1958).

- g) Acervo Cartas Particulares da Família Freire (1937-1942).
- h) Acervo Cartas Particulares da Família Soledade (1948-1951).
- i) Acervo da Família Oliveira (1962-1973).
- j) Acervo Correspondências Amigas (1980-1993).



Há, em andamento, edições de cartas representativas do português popular e do português culto, dos séculos XVII, XVIII e XX, como parte de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Há também editados cartas impressas, de leitores e redatores, e anúncios (CARNEIRO, OLIVEIRA, 2012), bem como livros de fazenda: o *Livro do Gado* e o *Livro de Razão* do Arquivo do Sobrado do Brejo, dos séculos XVIII e XIX.

Ao lado das edições semidiplomáticas, o banco disponibiliza edições modernizadas, em linguagem xml, feitas com uso do eDictor, desenvolvido por Paixão de Sousa, Kepler e Faria (2010). O eDictor é um editor de textos especialmente voltado ao trabalho filológico e à análise linguística automática, que combina um editor de XML e um etiquetador morfossintático e permite a geração automática de versões correspondentes a edições diplomáticas, semidiplomáticas e modernizadas (em HTML), e de versões com anotação morfossintática (em texto simples e XML).

As edições filológicas (os textos-fonte do CE-DOHS são apresentados em edição semidiplomática) recebem, nos *corpora* digitais, uma versão modernizada; padronizam-se a grafia, a acentuação, desenvolvem-se abreviaturas. Importante ressaltar que todas essas alterações ficam visíveis ao leitor, o que possibilita o controle e mapeamento das intervenções realizadas nos textos, garantindo a recuperabilidade das formas originais. Mudanças de parágrafo, de linha, as correções do autor, os acidentes do suporte, a orientação da escrita etc. são mantidas na edição modernizada, sendo, portanto, oferecida uma versão eletrônica de textos sem perder o rigor filológico⁷.

As edições modernizadas são, nos bancos digitais, anotadas morfológica e sintaticamente. A anotação morfossintática e a anotação sintática – feitas com o objetivo principal de possibilitar, de maneira ampla, a recuperação de informações filológicas e linguísticas dos documentos – são realizadas, de forma semiautomática: o programa computacional devolve ao pesquisador, de forma automática, o texto etiquetado, que pode apresentar erros de anotação, os quais devem ser corrigidos pelo linguista, de modo manual. Hoje, o CE-DOHS está com trabalhos de anotação em andamento, no âmbito dos subprojetos 8 e 9. Espera-se, dentro de alguns meses, disponibilizar, no banco, os primeiros textos anotados, possibilitando a busca automática de dados, para estudo da história do português brasileiro.

Os estudos voltados para a reconstituição da formação sociolinguística do interior baiano enfrentam a questão de verificar quais aspectos gramaticais podem estar relacionados a fatores sócio-históricos e culturais. Assume-se que a língua portuguesa falada no sertão reflete o processo de colonização português em contato com a presença africana e indígena, os outros dois principais atores no processo de (re)povoamento desse espaço. Desde os trabalhos dedicados à formação de banco de dados linguísticos às pesquisas sócio-históricas e às análises linguísticas, considera-se a necessidade de reconstrução do português popular, vertente que predominou nos sertões e que é pouco documentada em fontes escritas.

A ausência ou precariedade das escolas afasta a possibilidade de ter vigorado o português culto no sertão. É o português popular, falado por maior parte da população, em sua maioria mestiça, que teve mais chances de desenvolver-se e manter-se, reinando praticamente sozinho, até início do século XX, segundo Carneiro e Almeida (2011). A partir de dados referentes ao fim do período imperial e início do republicano, essas autoras afirmam que, se de fato o processo de escolarização ocorreu nessa região, talvez só seja possível falar de “[...] um português semiculto e, principalmente, de um português popular” (CARNEIRO; ALMEIDA, 2011, p. 546).

Enfrenta-se, então, o desafio anunciado por Mattos e Silva (2002, p. 457), ao afirmar que o percurso para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro* seria um “percurso análogo, *mutatis mutandis* e *modus in rebus*, ao da reconstrução do chamado ‘latim vulgar’”. Isso porque, para a reconstrução do passado do *português popular brasileiro*, segundo, ainda, Mattos e Silva (2002), é preciso pesquisar as variedades conviventes hoje, sobretudo as dos não escolarizados das diversificadas áreas rurais do Brasil, assim como reconstruir, detalhadamente e com a precisão possível, a sócio-história linguística desses espaços, considerando as línguas que aí estiveram em contato, os movimentos demográficos, a ausência/presença da escolarização e, conseqüentemente da escrita, como elemento normatizador.

HISTÓRIA SOCIAL

Na historiografia sobre os sertões da Bahia (NEVES, 2016), há poucos estudos voltados para o período colonial; um desses estudos é o de Santos (2010), na sua tese de doutoramento, em que afirma ser a ocupação territorial dos sertões uma trajetória *multidirecional, descontínua e irregular*. Carneiro e Almeida (2011, p. 608-609), ao discutirem sobre demografia e norma linguística no semiárido baiano (séculos XVIII e XIX), comentam que, com os caminhos das boiadas, “[...] o processo da agropecuária deve ter sido um fator importante para a difusão e propagação da língua portuguesa pelos sertões da Bahia. Essa difusão inicialmente

deve ter se dado através da boca de brancos pobres e descendentes de índios e escravos brasileiros”. Mais especificamente em relação a essa região que corresponde ao semiárido, as origens de povoamento não autóctone são ligadas ao processo de expansão do gado e da construção de rotas boiadeiras para abastecimento das cidades mais populosas do estado (SANTOS, NETO, SILVA, 2015).

Sobre a presença de africanos/afrodescendentes, há alguns indícios. A predominância da atividade pecuária e do cultivo de gêneros agrícolas voltados para a subsistência diminuiu a necessidade da presença negra no interior, o que resultou em uma menor quantidade de escravos nas fazendas, em comparação a outras regiões, como por exemplo, o Recôncavo baiano. No entanto, o trabalho escravo fez parte das relações de poder e de produção no sertão, como evidenciam alguns estudos que atestam a posse de negros, a partir de inventários, cartas de alforria e outras fontes (FREIRE, 2011; MEDRADO, 2012; RIOS, 2003, dentre outros).

As relações de trabalho são marcadas, de modo geral, pela figura do vaqueiro, no trabalho com o gado, e, depois, pela do lavrador, na agricultura, marcando as relações de trabalho na região. Esse é o cenário geral do interior baiano, cuja população predominante, até meados do século XX, ainda é a rural; conseqüentemente, a agricultura e a pecuária eram os principais ramos da atividade econômica do Estado.

A ESCOLARIZAÇÃO

Considerando-se que a menor presença da escolarização formal e, conseqüentemente, da escrita, como elemento normatizador, são fatores decisivos na formação da variedade do português popular do interior baiano, algumas reflexões sobre isso são necessárias, nessa tarefa de reconstruir o perfil sócio-histórico linguístico desse espaço. Em *A criação de escolas a partir de critérios demográficos na Bahia do século XIX: uma viagem ao interior*, Carneiro e Almeida (2011) realizam um detalhado levantamento acerca dos indícios sobre a implementação das escolas no sertão, principalmente, as de primeiras letras no período imperial, e das implicações linguísticas desse processo.

São raras as informações sobre o processo de escolarização formal, do interior baiano, até o século XIX. Em documentação disponível no Arquivo Público do Estado da Bahia, como leis, resoluções, e Atos do Governo da Província, por exemplo, há algumas nomeações de professores de primeiras letras (cf. Carneiro e Almeida (2011) para um detalhamento dos dados), porém, não são identificados estudos que comprovem a atuação efetiva de todos esses professores, principalmente quando se trata da região do semiárido. As poucas aulas, provavelmente, eram ministradas nas casas, por professores leigos, assim como ocorreu em boa parte do século XX. Dada a pouca presença de escolas, até a primeira metade do século XX, principalmente na zona rural, torna-se difícil recuperar indícios, por meio apenas das fontes oficiais/institucionais, sobre como se deu, efetivamente, o processo de aquisição da leitura e da escrita. As fontes

devem ser outras, como os acervos pessoais e a História Oral, uma alternativa eficiente e desafiadora. Um exemplo disso é o estudo realizado em Santiago (2019), que produziu entrevistas-narrativas com redatores sertanejos baianos, para conhecer os indícios dos processos/espacos escolares e extraescolares, que caracterizaram a difusão da escrita na zona rural do semiárido.

A partir desse trabalho, evidencia-se que, principalmente até a primeira metade do século XX, na zona rural da Bahia, o processo de garantia do letramento através da criação e do funcionamento efetivo de escolas ainda ocorria com pouca frequência, mesmo que, nesse período, nas maiores cidades do estado, comece a existir um crescimento da preocupação com a escolarização da população. Na zona rural, as poucas escolas que existiam funcionavam de modo precário, muitas vezes, com professoras itinerantes. Isso se confirma através de estudos como o de Cruz (2012, p. 45), ao comentar que, nesse período, a “[...] educação primária na zona rural do Estado da Bahia estava, em grande medida, nas mãos de leigos. Além do mais, o número de escolas desse nível de instrução não correspondia às necessidades da população baiana em idade escolar [...]”⁸.

Nas narrativas dos sertanejos, foram identificados alguns elementos que podem ter favorecido a aproximação e a participação desses sujeitos na cultura escrita, além da experiência escolar, como o ambiente doméstico, o processo de migração, as práticas religiosas, o acesso a materiais impressos e a manuscritos. As cartas escritas por esses sertanejos, editadas por Santiago (2019), são algumas das pistas de que, mesmo com a ausência ou precariedade das escolas e seu funcionamento irregular, na zona rural do semiárido, na época, alguns aprenderam a escrever; no entanto, o pouco domínio da técnica de escrita percebido nesses manuscritos, através dos aspectos caligráficos e ortográficos, indica que são redatores que tiveram pouco contato com os modelos normativos prescritos pela escola.

AS MÃOS INÁBEIS NAS CARTAS DE SISAL

O acervo denominado Cartas em Sisal integra, como dito em 2.1.1, o banco de textos do CE-DOHS, um conjunto de 131 cartas pessoais, escritas no século XX, por 53 redatores estacionados em níveis iniciais de aquisição da escrita, por isso caracterizados como *mãos inábeis*, de acordo com a metáfora divulgada por Marquilhas (2000). São fontes mais próximas da escrita cotidiana, que refletem certos traços de oralidade, seja pela inabilidade das *mãos* com a técnica de escrita, seja pela relação simétrica de poder entre redator e destinatário.

Em Santiago (2019), apresenta-se uma proposta metodológica de identificação do grau de domínio da técnica de escrita desses redatores, através do estudo de aspectos de inabilidade, considerando-se a possibilidade de um contínuo, a partir dos critérios já estabelecidos nos trabalhos de Marquilhas (2000), Barbosa (1999, 2017), Oliveira (2006) e Santiago (2012). Os aspectos considerados correspondem às seguintes dimensões:

- a) da *escriptualidade*: grafia de sílabas complexas (deslocamentos e omissões de /r/, /l/ e /s/); hipercorreções (acréscimos de <r>, <l> e <s> em posição de coda e acréscimos de <r> em posição de ataque ramificado); representação da nasalidade (representação exagerada e ausência da representação); representação de dígrafos;
- b) da escrita fonética: índices grafofonéticos;
- c) da pontuação (ausência de sinais de pontuação, baixo uso e/ou uso não convencional);
- d) da repetição de vocábulos;
- e) da habilidade motora: ausência de *cursus*; uso de módulo grande; ausência de regramento ideal; traçado inseguro, aparência desenquadrada das letras, rigidez e falta de leveza do conjunto; irregularidade da empaginação; letras monolíticas;
- f) da segmentação gráfica: hipersegmentação e hipossegmentação.

Através da descrição e análise desses aspectos, nos textos de inábeis, percebe-se que não há um único padrão de inabilidade, de modo a ser possível estabelecer uma gradiência, caracterizada entre os níveis máximo, parcial e mínimo de inabilidade, a depender da presença de critérios em vários planos, distribuídos entre os redatores, o que pode colaborar com o estabelecimento de parâmetros para o tratamento metodológico de outros *corpora*.

No âmbito dos estudos linguísticos sócio-históricos, documentos desse tipo, representativos da escrita cotidiana, podem contribuir como material empírico para uma aproximação aos contextos do passado, em relação a fenômenos linguísticos diversos. No caso das cartas pessoais dos sertanejos, podem permitir aproximações à vertente popular do português brasileiro.

ESTUDOS MORFOSSINTÁTICOS

O NELP analisa, especialmente, aspectos morfossintáticos dos documentos históricos editados. Dentre os temas de pesquisa, selecionou-se, para uma breve apresentação neste texto, o sistema de tratamento. Será apresentada uma síntese dos resultados, sobre a posição de sujeito, a que chegaram Andrade, Carneiro e Lacerda (2016).

O SISTEMA DE TRATAMENTO

As pesquisas sobre os pronomes de tratamento no âmbito do PHPB têm sido coordenadas pela Professora Doutora Célia Regina dos Santos Lopes, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que tem por objetivo central “discutir a reorganização no sistema pronominal de 2ª pessoa no português brasileiro, na posição de sujeito, por uma perspectiva diatópico-diacrônica” (LOPES *et al.*, 2018, p. 27-28). A equipe dos projetos Vozes do Sertão em Dados e

do CE-DOHS tem colaborado com a referida professora, especialmente por meio da análise de cartas baianas.

Segundo Scherre *et al.* (2015, p. 142), considerando trabalhos com *corpora* orais, há, na capital baiana, uso exclusivo de *você* (variantes *você, cê, ocê*) e, fora da capital, o subsistema *você/tu* (*tu* sem concordância). Scherre *et al.* (2009) propõe os seguintes subsistemas: i. *Você*: uso exclusivo das variantes *você/cê/ocê*. ii. *Tu* com concordância baixa. iii. *Tu* com concordância alta. iv. *Tu/você* com concordância baixa. v. *Tu/você* com concordância média. vi. *Você/tu* sem concordância. Lopes e Cavalcante (2011) defendem – a partir da proposta de Scherre *et al.* (2009) – três subsistemas na posição de sujeito na história do PB: subsistema 1: uso exclusivo ou majoritário de *tu*; subsistema 2: uso exclusivo ou majoritário de *você*; subsistema 3: coexistência das formas *tu* e *você*.

A finalidade do NELP, com os estudos sobre o sistema de tratamento – tanto na posição de sujeito como na posição de complemento, em *corpora* escritos, sobretudo – é fazer um mapeamento descritivo do sistema pronominal de 2.^a pessoa na região semiárida da Bahia, de acordo com os princípios da Sociolinguística Quantitativa (LABOV, 1994), com apoio do software *Goldvarb X*.

Andrade, Carneiro e Lacerda (2016) apresentam os resultados que obtiveram de suas pesquisas sobre o sistema de tratamento em documentação epistolar diacrônica do banco de dados CE-DOHS. Compõem o *corpus* do referido trabalho 379 cartas baianas, dos séculos XIX e XX, pertencentes a diferentes acervos⁹, que se encontram em edição semidiplomática e em edição eletrônica.

Considerando os dados em que o interlocutor faz referência à 2.^a pessoa do singular – as formas nominais (*Vossa Senhoria, Vossa Mercê, Vossa Excelência*), pronominais (*tu, você*) e nulas (identificáveis pela flexão verbal em 2.^a ou 3.^a pessoa (*falas, fala*) ou não identificáveis por estar o verbo numa forma nominal) –, os autores depreenderam as seguintes formas concretas:

Tabela 1. Distribuição das formas de tratamento quanto à realização do sujeito.

Paradigma/ expressão	Pleno		Nulo		Total
<i>Vossa Excelência etc.</i>	197	63%	114	37%	311
<i>Você</i>	117	64%	67	36%	184
<i>Vosmecê etc.</i>	87	54%	73	46%	160
<i>Vós</i>	--	0%	17	100%	17
<i>Tu</i>	--	0%	13	100%	13

Fonte: Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 264).

Nos dados (total de 685), as formas nominais desenvolvidas predominam (311); em seguida, a forma *você* foi a mais frequente (184), acompanhada da forma nominal reduzida *Vosmecê* (160) (cuja contraparte desenvolvida *Vossa Mercê* não foi encontrada). As formas nulas – correspondentes a *vós* e *tu* – têm 17 e 13

ocorrências, respectivamente. Não há, nas cartas analisadas, a forma plena *tu*, que aparece nos dados históricos de outros estados do Nordeste, ainda que raramente (MARTINS *et al.* 2015); entretanto, as formas de 2.^a pessoa do singular, como observaram Andrade, Carneiro e Lacerda (2016), são geralmente usadas de forma consistente, quando o sujeito é assim marcado, sem mistura de formas de tratamento com formas em outras funções gramaticais¹⁰, como nesse exemplo:

(01) *Se tiveres alguma pista, ligue para mim 940-6872, aguardo-TE.*

[Acervo Correspondências Amigas, Carta 75 - 13 de maio de 1990 - De Rosimária L. Lima para Adelmário Carneiro Araújo]

A respeito da influência do nível de escolaridade sobre a variação das formas tratamentais, Andrade, Carneiro e Lacerda (2016) verificaram que as formas nominais são mais usadas pelos semicultos (62%) do que pelos cultos (27%), o que se explica facilmente pela relação de assimetria dos missivistas semicultos face a seus destinatários. Verificaram também que os dados de *você* são mais frequentes entre os não-cultos (do sertão baiano), correspondendo a mais da metade (53%) da amostra relevante; os dados de *tu*, por outro lado (isto é, verbo na 2.^a pessoa do singular), são mais frequentes nas cartas enviadas por remetentes cultos (cidadinos).

Tabela 2. Distribuição das formas de tratamento quanto à norma linguística dos remetentes.

Paradigma/ norma	Cultos		Semicultos		Não-cultos		Total
<i>Vossa Excelência etc.</i>	86	27%	193	62%	32	10%	311
<i>Você</i>	44	24%	43	23%	97	53%	184
<i>Vosmecê etc.</i>	47	30%	113	70%	--	0%	160
<i>Vós</i>	14	82%	3	18%	--	0%	17
<i>Tu</i>	8	62%	1	8%	4	30%	13

Fonte: Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 265).

Os autores consideraram também, no seu estudo, a relação entre os missivistas, fundamentando-se na teoria da polidez, aliada à dicotomia entre poder e solidariedade (BROWN & GILMAN, 1960), numa análise de natureza sociopragmática. As relações foram agrupadas de acordo com a presença ou não de simetria; no caso de assimetria, classificadas como ascendente ou descendente. As relações estabelecidas foram consideradas, ainda, como mais ou menos solidárias: aquelas correspondentes às relações familiares mais próximas, mais solidárias, e as relações entre familiares mais distantes ou as relações menos privadas, menos solidárias.¹¹ Vejam-se os resultados a que os autores chegaram:

Tabela 3. Distribuição das formas de tratamento quanto à relação entre os missivistas.

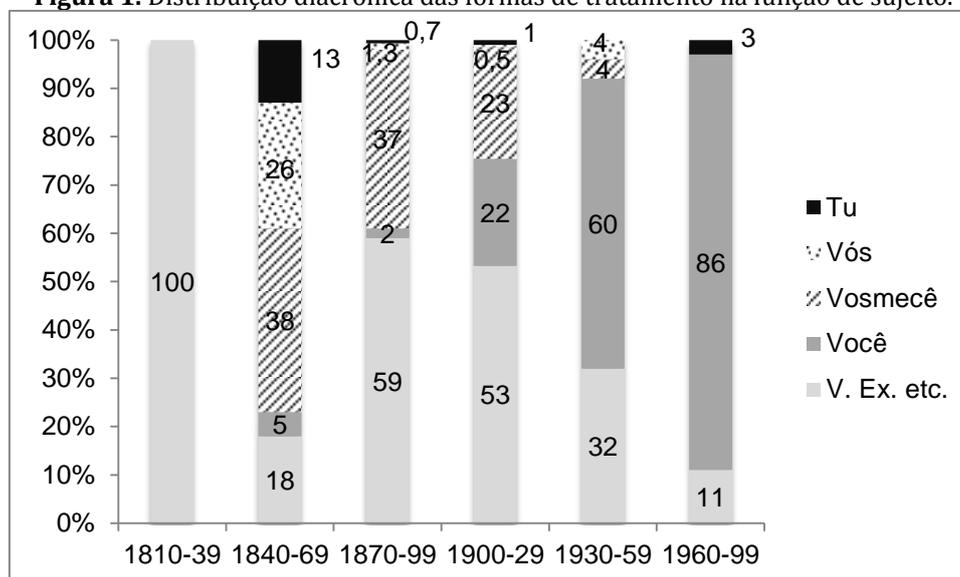
Relação/ paradigma	Vossa Ex. ^a		Você		Vosmecê		Vós		Tu		Total
Simétrica [+sol.]	--	0%	110	98%	--	0%	--	0%	2	2%	112
Simétrica [-sol.]	309	57%	69	13%	153	28%	8	1%	6	1%	545
Assimétrica ↓ [+sol.]	--	0%	21	100%	--	0%	--	0%	--	0%	21
Assimétrica ↓ [-sol.]	--	0%	2	10%	18	90%	--	0%	--	0%	20
Assimétrica ↑ [+sol.]	--	0%	1	5%	3	16%	10	52%	5	26%	19
Assimétrica ↑ [-sol.]	21	95%	--	0%	1	5%	--	0%	--	0%	22

Fonte: Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 266).

A forma *você*, como se pode verificar, é encontrada em quase todos os tipos de relação, sendo pouco frequente, porém, naquelas de poder assimétrico ascendente, em que predomina a forma *Vossa Excelência*. O uso da forma nula correspondente a *tu* se dá em relações de intimidade entre os interlocutores, normalmente amigos, segundo os autores; mas houve casos de *tu* (nulo) entre cônjuges, namorados e irmãos, e, até mesmo, na relação mãe→filho, ressaltam Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 266).

Avaliando a distribuição diacrônica das formas tratamentais – agrupando os dados por trintênios e quarentênio –, os autores (2016, p. 267) concluíram que, no século XX, a forma de tratamento *você* se expande gradativamente, de forma inversamente proporcional aos dados de *Vossa Excelência* (e demais formas) e de *Vosmecê*. Quanto aos dados de *tu* (sempre nulo), de acordo com os autores, alcançam o maior percentual (13%) no trintênio 1840-69, com pouquíssimas ocorrências no século XX, chegando a desaparecer no trintênio 1930-59.

Figura 1. Distribuição diacrônica das formas de tratamento na função de sujeito.



Fonte: Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 267).

Para Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 268) a amostra em questão apresenta sinais de conservadorismo, como a alta frequência de formas de

tratamento nominais nas cartas do século XIX, semelhante ao que Marcotulio (2010) encontrou nos textos que analisou da segunda metade do século XVIII.

Os resultados obtidos por Andrade, Carneiro e Lacerda (2016) sobre o sistema de tratamento em cartas baianas, na posição de sujeito, estão confrontados com resultados de outros estados do Nordeste em Martins *et al* (2015) e de outras regiões do Brasil em Lopes *et al* (2018).

Contrariamente ao que Lopes *et al* (2018) observaram em cartas das regiões Sul e Sudeste, as cartas da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, analisadas por Martins *et al* (2015) e também por Lopes *et al* (2018), revelam que a forma pronominalizada *você* apresenta, já na primeira década do século XX, uma taxa elevada, mesmo em relações simétricas. Assim, se, de um lado, as cartas da Bahia têm esse traço inovador, de outro lado, têm um traço conservador, haja vista, por exemplo, o grande número de ocorrências de formas de tratamento nominais no século XIX, da maneira como Marcotulio (2010) verificou em textos do terceiro e último quartéis do século XVIII.

De acordo com Martins *et al.* (2015), nas cartas do Nordeste brasileiro analisadas, “o subsistema de tratamento que predomina, em quase todas as décadas dos séculos XIX e XX, é *você*, já bastante consolidado na primeira década do século XX.” Nas cartas da Bahia, *tu* é marginal (sem nenhuma ocorrência de forma plena), e, nas cartas de Pernambuco e Rio Grande do Norte, raro, segundo os autores.

Lopes *et al* (2018: 139-140) – após análise diatópico-diacrônica, levando em consideração cartas escritas em sete diferentes cidades brasileiras (Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte), nos séculos XIX e XX – concluem, entre outros, que as formas de tratamento *tu* e *você* foram registradas em todas as amostras regionais e que, nas amostras do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte, houve uma perda gradativa do pronome *tu* em proveito da nova forma gramaticalizada *você*. Os resultados de Lopes *et al.* (2018) sustentam a afirmação de que, “Em certa medida, os subsistemas de tratamento vislumbrados no eixo diacrônico correspondem aos subsistemas existentes atualmente no PB, como aqueles delineados por Sherre *et al* (2009; 2015).” (p, 140).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com 20 anos de existência, o NELP-UEFS, em seus diferentes projetos, já produziu uma variedade de trabalhos e tem contribuído, com rigor científico e seriedade, com os estudos sobre a língua portuguesa, no âmbito da Linguística Histórica, tanto com *corpora* escritos (o que se destacou neste texto), como com *corpora* orais.

A parceria com o PHPB tem sido muito enriquecedora; o NELP traz resultados muito significativos ao projeto nacional, tanto no que diz respeito à

formação de banco de dados diacrônicos (com mais de um milhão de palavras), como no que diz respeito aos estudos sócio-históricos e linguísticos sobre o português brasileiro, com várias publicações.

Há, em andamento, outros trabalhos de edição filológica, tendo em vista a ampliação do banco de dados, que, segundo Bacelar do Nascimento (2004, p. 1),

[...] favorece essencialmente uma Linguística descritiva, fortemente apoiada pelas novas tecnologias, e permite tomar como ponto de partida da descrição a análise de quantidade significativa de dados autênticos, à semelhança do que se faz noutros domínios científicos. O uso de *corpora* permite a realização de descrições linguísticas de base empírica e promove, com isso, a discussão de questões teóricas solidamente fundamentadas.

Notas

Página oficial: <https://nelpuefs.wordpress.com/>.

² Página oficial: <http://www.uefs.br/cedohs/>.

³ Página oficial: <https://sites.google.com/site/corporaphpb/>.

⁴ Em Barbosa (2019), há uma descrição detalhada de como está constituída a Plataforma de *corpora* do PHPB.

⁵ Página oficial: <http://www.tycho.iel.unicamp.br/corpus/>.

⁶ Para maiores informações sobre os acervos, ver descrição detalhada em Carneiro *et al* (2011) e na página oficial do projeto.

⁷ Procura-se, no âmbito do CE-DOHS, seguir os mesmos critérios de edição digital e de anotação morfossintática que seguem outros projetos de *corpora* eletrônicos, como o projeto Corpus Histórico do Português Tycho Brahe (UNICAMP), o projeto Labor Histórico, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o projeto Post Scriptum: arquivo digital de escritura cotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna, do Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL), o que garante maior praticidade no trabalho e nas consultas e maior integração entre os pesquisadores

⁸ No âmbito das investigações na área de Educação, há trabalhos significativos referentes ao processo histórico de educação formal na Bahia. Tais estudos geralmente têm por foco a história da escola como instituição formal de educação, o ponto de vista dos professores e as políticas educacionais. Como exemplo, pode-se mencionar o estudo de Carneiro (2014), sobre os percursos formativos de professoras leigas da região semiárida da Bahia, entre as décadas de 50 e 70; o trabalho de Rios (2015), acerca da profissão docente na roça, em que analisa a trajetória de professores da região do Piemonte da Diamantina, interior da Bahia; além do conjunto de trabalhos reunido por Souza e Cruz (2012), sobre as Escolas Normais na Bahia.

⁹ Os acervos considerados e a quantidade de cartas por acervo: De 1809-1850: Cartas para Vários Destinatários (7); 1860: Cartas para Vários Destinatários (17); 1870: Cartas para Vários Destinatários (10); 1880: Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (16); 1890: Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo (150); 1900: Cartas para Cícero Dantas Martins, Barão de Jeremoabo, Cartas para Severino Vieira, Governador

da Bahia (71); 1910: Cartas Baianas: o acervo de João da Costa Pinto Victoria (8); 1920: Cartas Baianas: o acervo de João da Costa Pinto Victoria e Cartas do Acervo Dantas Jr. (19); 1930: Cartas do Acervo Dantas Jr. (37); 1940: Cartas do Acervo Dantas Jr. (17); 1950: Cartas do Acervo Dantas Jr. (11); 1960: Cartas do Acervo Dantas Jr. (3); 1970: Acervo da Família Oliveira (2); 1980: Correspondências Amigas: o Acervo de Valente, Bahia (11); 1990: Correspondências Amigas: o Acervo de Valente, Bahia (5).

¹⁰ Exceto no que diz respeito às formas do imperativo, que não foram consideradas na análise.

¹¹ Andrade, Carneiro e Lacerda (2016, p. 266) estabeleceram os seguintes grupos de relações:

(i) relações simétricas [+solidárias]: irmãos, cônjuges ou namorados; (ii) relações simétricas [-solidárias]: primos ou amigos; (iii) relações assimétricas descendentes [+solidárias]: mãe→filho; tio→sobrinho; (iv) relações assimétricas descendentes [-solidárias]: patrão→empregado; (v) relações assimétricas ascendentes [+solidárias]: filha→pai; sobrinho→tio; (vi) relações assimétricas ascendentes [-solidárias]: afilhado→padrinho; empregado→patrão.

Referências

ANDRADE, A. L. de; CARNEIRO, Z. de O. N.; LACERDA, M. F. de O. Formas tratamentais em cartas baianas: sujeito e outras funções. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, 58 (2), 257-276, 2016.

BACELAR DO NASCIMENTO, M. F. **O lugar do corpus na investigação linguística**. Disponível em: [<http://www.clul.ul.pt/equipa/berlim-2000-nascimento.pdf>]. Acesso em: 20abr.2004.

BARBOSA, A. G.. A plataforma de *corpora* do PHPB: uma apresentação *ad infinitum*. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). **História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2019, p. 16-67.

BARBOSA, A. G.. O controle de marcas de inabilidade na escrita alfabética e a identificação das mãos inábeis em corpora histórico-diacrônicos. **Revista da ABRALIN**, v.16, n.2, p. 19-43, Jan./Fev./Mar./Abril de 2017. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/abralin/article/view/51997/32039>>. Acesso em: 09 maio 2017.

BARBOSA, A. G.. **Para uma história do português colonial: aspectos linguísticos em cartas do comércio**. 1999. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

BROWN, P; GILMAN, A. The pronouns of power and solidarity. In: SEBEOK, T. **Style in Language**. Cambridge-Mass: MIT Press, 1960.

CARNEIRO, Z. de O. N. (Org.). **Cartas brasileiras (1809-2000): coletânea de fontes para o estudo do português**. Feira de Santana: UEFS, 2011.

CARNEIRO, Z. de O. N.; ALMEIDA, N. L. F. de. Demografia e norma linguística no semiárido baiano nos séculos XVIII e XIX: uma introdução. In: NEVES, E. F. (Org.).

Sertões da Bahia – Formação social, desenvolvimento econômico, evolução política e diversidade cultural. Salvador: Arcádia, 2011. p. 599-617.

CARNEIRO, Z. de O. N., OLIVEIRA M. F. de. **Publica-se em Feira de Santana**: das cartas de leitores e redatores e dos anúncios em O Progresso e Na Folha do Norte (1901-2006). Feira de Santana: UEFS, 2012.

CE-DOHS: **Corpus eletrônico de documentos históricos do sertão**. Disponível em: [www.uefs.br/cedohs]. 2011.

CORPUS **Histórico do Português Tycho Brahe**. Disponível em: [http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/corpus/]

CRANE, G. (et al.). **ePhilology: when the books talk to their readers**. Blackwell Companion to Digital Literary Studies. Oxford: Blackwell, 2008.

CRUZ, A. R. S. da. Mestras para o sertão: criação e funcionamento da Escola Normal de Feira de Santana. In: SOUZA, I. C. J. de; CRUZ, A. R. S. da. **Escolas Normais da Bahia**: olhares e abordagens. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012. p. 43-65.

FREIRE, L. C. M.. **Nem tanto ao mar nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.

GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. Fontes de metalinguísticas para a história do português clássico. In: GONÇALVES, M. F.; BANZA, A. P. **Património Textual e Humanidades Digitais**: da antiga à nova filologia. Évora: CIDEHUS, 2013. p. 73-112.

LABOV, William. **Principles of Linguistic Change: internal factors**. Oxford: Blackwell, 1994.

LOBO, T.; CARNEIRO, Z. N.. Reflexões sobre a constituição e análise de *corpora* linguísticos históricos e sobre a identificação de perfis sociais de redatores do passado. In: CASTILHO, A. T. de. (Coord.). **História do português brasileiro: corpus** diacrônico do português brasileiro. São Paulo: Contexto, 2019, p. 290-311.

LOPES, C. *et al.* A reorganização do sistema pronominal de 2ª pessoa na história do português brasileiro: a posição de sujeito In: CASTILHO, A. T. de; LOPES, C. (Coord.). **História do português brasileiro**: mudança sintática das classes de palavra: perspectiva funcionalista. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2018, v.1, p. 24-141

LOPES, C. R. dos S; CAVALCANTE, S. R. O. A cronologia do voçamento no português brasileiro: expansão de você-sujeito e retenção do clítico-te. **Linguística** (Madrid). v.25, 2011, p.30 - 65.

LUCCHESI, D.. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCOTULIO, L. L. **Língua e História**: o 2.º marquês do Lavradio e as estratégias linguísticas da escrita no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Ítaca Comunicações, 2010.

MARQUILHAS, R.. **A faculdade das letras**: leitura e escrita em Portugal no séc. XVII. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000.

MARTINS, M. A. *et al.* Para um panorama sócio-diacrônico das formas de tratamento na função de sujeito na região Nordeste. **LaborHistórico** 1(1), 26-48, 2015.

MATTOS E SILVA, R. V.. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, T. M. (Org.). **Para a história do português brasileiro**. v. 1. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002. p. 443-464.

MEDRADO, J.. **Terra de vaqueiros: relações de trabalho e cultura política no sertão da Bahia, 1880-1900**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

NEVES, E. F.. **Crônica, memória e história: formação historiográfica dos sertões da Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2016.

OLIVEIRA, K.. **Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico**. 2006. 3 v. 1144 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PAIXÃO DE SOUSA, M. C.; KEPLER, F. N.; FARIA, P. P. F. E-Dictor: Novas perspectivas na codificação e edição de corpora de textos históricos. In: SHEPHERD T.; SARDINHA T. B.; PINTO M. V. (Org.). **Caminhos da linguística de corpus**. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Penn Helsinki Parsed Corpus of Middle English. Disponível em: [<http://www.ling.upenn.edu/hist-corpora/>]

PETRUCCI, A. **La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003.

Plataforma de Corpora do PHPB. Disponível em: [<https://sites.google.com/site/corporaphpb>]

Post Scriptum: arquivo digital de escritura cotidiana em Portugal e Espanha na Época Moderna. Disponível em: [<http://www.clul.ul.pt/pt/recursos/462-post-scriptum-home>]

RIOS, I. N. A.. **Nossa Senhora da Conceição do Coité: poder e política no século XIX**. 2003. 155 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003. Disponível em: <https://ppgh.ufba.br/sites/ppgh.ufba.br/files/2003._rios_lara_nancy_araujo._nossa_senhora_da_conceicao_do_coite_poder_e_politica_no_seculo_xix.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2018.

SANTIAGO. H. da S.. **A escrita por mãos inábeis: uma proposta de caracterização**. 2019. 2v. 722 f. Tese (Doutorado em Língua e Cultura) – Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SANTIAGO. H. da S.. **Um estudo do português popular brasileiro em cartas pessoais de “mãos cândidas” do sertão baiano**. 2012. 2v. 421 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2012.

SANTOS, M. R. A. dos. **Fronteiras do sertão baiano: 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, E. M. C.; NETO, A. S. C.; SILVA, O. A. da. De Região Sisaleira a Território do Sisal: desvelando as nuances do processo de delimitação da diferenciação espacial no Semiárido Baiano. **GeoTextos**, vol. 11, n. 2, p. 131-151, 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/13472>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

SCHERRE, M. M. P. et al. Usos dos pronomes “você” e “tu” no português brasileiro. In: **II SIMELP**, Universidade de Évora, 2009.

SCHERRE, M. M. P. *et. al.* Variação dos pronomes Tu e você. In: MARTINS, M. A; ABRAÇADO, J. (Org.). **Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 133-172.

SCHREIBMAN, S. (et al.). **A Companion to Digital Humanities**. Oxford: Blackwell, 2004.

Vozes do sertão em dados: história, povos e formação do português brasileiro. Disponível em: [www.uefs.br/nelp]. 2011

Para citar este artigo

SANTIAGO, H. da S.; LACERDA, M. F. de O; CARNEIRO, Z. de O. N. A filologia e a história das línguas: contribuições do Núcleo de Estudos de Língua Portuguesa da Universidade Estadual de Feira de Santana. **MACABÉA – REVISTA ELETRÔNICA DO NETLLI**, CRATO, V. 8., N. 2., 2019, p. 352-371.

As Autoras

Huda da Silva Santiago possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2002), especialização em Estudos Linguísticos (2007) e mestrado em Estudos Linguísticos também pela Universidade Estadual de Feira de Santana (2012), e doutorado em Língua e Cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura (PPGLINC), da Universidade Federal da Bahia (2019).

Mariana Fagundes de Oliveira Lacerda possui graduação em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) (2002), mestrado (2005) e doutorado (2009) em Letras e Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFBA.

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro possui graduação em Letras com Inglês - Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) (1988), mestrado em Letras e Linguística - Universidade Federal da Bahia (UFBA) (1996), doutorado em Linguística - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2005), pós-doutorado em Linguística de Corpus - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) (2010).